

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Senhor (a) Pregoeiro (a), fazendo uso do direito da manifestação de intenção de recorrer segundo o artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005, vimos interpor Recurso por entender que a licitante declarada vencedora não atendeu a todos os requisitos técnicos os quais demonstraremos em nosso recurso.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Prezado Senhor Pregoeiro, a SOLUTIS apresenta tempestivamente sua intenção de recurso contra decisão que declarou a empresa INTEROP vencedora do presente certame pelo fato da mesma não ter comprovado sua qualificação técnica e pela clara inexecuibilidade de sua proposta. Apresentaremos oportunamente nossas razões recursais.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2021

RECORRENTE: LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A
RECORRIDA: INTEROP INFORMÁTICA LTDA

LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.877.300/0002-62, sediada na Avenida Marques de Olinda, 126-2º Andar, Sala 204, Citi Empresarial, Recife Antigo, CEP: 50.030-000, Recife/PE, vem, através de seu representante legal, tempestivamente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão administrativa que declarou a empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA como habilitada e vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2021 do TRE-BA pelo que expõe, para ao final requerer, o seguinte:

1. DOS FATOS

É cediço que o TRE-BA publicou o edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2021, cujo objeto é a “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia”.

Realizada a fase de lances, a recorrida restou como arrematante, de modo que o Ilustre Pregoeiro decidiu que a documentação apresentada pela INTEROP estaria de acordo com os termos do edital, declarando-a habilitada e vencedora do certame.

Contudo, data maxima venia, constata-se claro equívoco na decisão do Pregoeiro, tendo em vista que é bastante evidente um descumprimento expresso e frontal da documentação da INTEROP às disposições do edital, que deveria necessariamente ter ensejado sua exclusão do certame.

Desta feita, conforme será a seguir demonstrado, deve ser reformada a decisão proferida para que a INTEROP seja declarada inabilitada do presente certame. Senão, vejamos.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS - IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO

Ab Initio, urge trazer à ribalta o exigido das licitantes na referida disputa, especificamente com o fim de demonstrar sua qualificação técnica:

“11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL a) As licitantes deverão apresentar, ainda, comprovante de que integram o seu quadro permanente, na data da licitação, no mínimo: a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas; a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library; a.3) 02 (dois) profissionais com certificação técnica ou experiência comprovada no Sistema de Gestão de serviços fornecido pela CONTRATADA. a.4) 01 (um) profissional com certificação MCSE (2003) ou MCITP: Enterprise Administrator; a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. b) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional. c) Deverão ser apresentadas pelas licitantes declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços.”

Ora, é facilmente observável que o edital é expresso e categórico em apresentar requisitos específicos para a aceitação dos profissionais componentes da pretendida prestação de serviços.

Nobre Julgador, demandas tão seletivas não estão dispostas sem propósito, ao ponto em que devem, naturalmente, ser cumpridas na íntegra.

Contudo, ao analisar a documentação apresentada pela INTEROP, foi possível perceber que esta não atende aos requisitos mínimos trazidos pelo edital em sede da qualificação dos profissionais.

No intuito de demonstrar cabalmente que a INTEROP não merece ser declarada habilitada no presente certame, passa-se à análise de cada uma das irregularidades em que incorreu a recorrida.

Acerca do atendimento do item a.1, consta que se exige que integre o quadro permanente da empresa 01 (um) profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

Ilustre Pregoeiro, da análise da documentação da recorrida, verificou-se que foram apresentados 03 (três) profissionais, porém, NENHUM dos apresentados atinge a experiência mínima em montante de carga horária, conforme resta demonstrado abaixo:

ATAUHALPA PIERRE BULLING: foi apresentado Curso de capacitação do PMP do PMI com duração de 40 horas, não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

EVANDRO STEYER: foi apresentado Curso de Gestão de Projetos com carga horária de 80 horas, não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

THIAGO PACHECO DA SILVA: foi apresentado certificação de Project Management Professional (PMP), porém, a mesma encontra-se inválida pois expirou em 10 de dezembro de 2019, não atendendo a exigência do Edital por encontrar-se inválida.

Ou seja, no tocante ao exigido no item a.1 do tópico qualificatório, não só a INTEROP dispõe 2 (dois) pretendidos componentes da prestação de serviços que não chegam nem perto de abarcar o exigido em termos de qualificação técnica por carga horária, como apresenta um terceiro com a certificação exigida EXPIRADA, não atendendo efetivamente a nenhuma das exigências constantes no edital.

Não bastasse o acima exposto, o item a.2 exige que as licitantes apresentem 01 (um) profissional com certificação ITIL Manager V2, Expert V3 ou superior; devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library.

Nesse caso, a INTEROP mais uma vez não apresentou o perfil mínimo exigido no Edital, tendo em vista que foi apresentado um profissional certificado na ITIL® Foundation Certificate in IT Service Management e o exigido foi ITIL Manager V2 ou Expert V3, não contemplando mais uma das especificidades de habilitação técnica profissional solicitada pelo ato convocatório.

Ademais, a INTEROP também não atendeu o requisito mínimo exigido no item a.5, no qual é exigido a apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. Contudo, é facilmente verificável que a recorrida apresentou uma certificação inferior à exigida no processo, tendo em vista que apresentou certificação Cisco Certified Entry Networking Technician.

Aqui não só é possível identificar cristalina inobservância e negligência da arrematante para com o instrumento convocatório, como manifesta INCAPACIDADE de atestar sua qualificação para a prestação de serviços, vide a clara padronização da conduta de não atender as exigências do instrumento convocatório.

Além do já exposto, Nobre Julgador, a legislação que rege as aquisições públicas veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta como os documentos de certificação, não cabendo diligências para sanar dúvidas, pois não se tratam de documentos de comprovação de vínculo empregatício, demonstração salarial, ou qualquer ação de natureza que vise esclarecer alguma dúvida ao Julgador, pois nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº. 8.666/93, razão pela qual não pode ser sanada em sede de diligência a irregularidade vislumbrada na documentação da empresa recorrida. Veja-se:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Outro não é o entendimento de Jessé Torres Pereira Júnior. Cite-se:

"A Comissão ou a autoridade está proibida de deferir ou ordenar a diligência se esta tiver por objeto a inclusão de documento ou informação que deveria haver acompanhado a proposta (também a documentação). A vedação guarda simetria com os arts. 396 e 397 do Código de Processo Civil, dos quais resulta que a petição inicial deve vir instruída com os documentos destinados a provar as alegações do autor, sendo-lhe vedado trazê-los posteriormente, a menos que comprove que deles não dispunha ou se se referirem a fatos ocorridos depois de articulados na peça vestibular.

No caso do processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes. Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com a exigência do edital. Daí a Comissão ou a autoridade superior sujeitar-se a recurso interponível pelo licitante que considerar abusiva a realização de diligências que abra oportunidade indevida a outro concorrente." (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da Administração Pública. 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 523 e 524)

A vedação à inclusão posterior de documentos é acatada pela jurisprudência do Egrégio Tribunal Federal da 5ª Região:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. JUSTIFICATIVAS ACEITAS APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR DA PROPOSTA. ART. 43, PARÁG. 3º. DA LEI 8.666/93. IMPOSSIBILIDADE. AGTR PROVIDO. 1. A aceitação de justificativas das empresas licitantes após a abertura das propostas, cria uma situação de flexibilidade no mínimo inusitada, já que tal justificativa, prevista no item 5.5.2 do Edital, deveria constar da própria proposta, como requisito de sua firmeza e sinceridade. 2. O art. 43, parág. 3º. da Lei 8.666/93 faculta à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências para esclarecer ou complementar a

instrução do processo, vedando, entretanto, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, o que ocorreu in casu. 3. AGTR provido, prejudicado o regimental.”
(AG 200505000221387, Desembargador Federal Napoleão Maia Filho, TRF5 - Segunda Turma, 17/10/2005)

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DISCRIMINADA DE CUSTOS. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

[...]

3. O momento adequado para que o agravante apresente o custo de cada item exigido no edital, bem como para demonstrar a incidência da hipótese prevista na parte final do parágr. 3º do art. 43 da Lei 8.666/93, é o da apresentação da proposta, de modo que, ultrapassada essa fase, dá-se a chamada preclusão consumativa, não havendo mais como lhe permitir a apresentação de qualquer documento.”

(Tipo Recurso: Agravo de Instrumento. Número do Recurso: 2005.05.00.006438-5. Tribunal: Tribunal Regional Federal - 5ª Região, Data do Julgamento: 05/JUL/2005. Relator: Napoleão Nunes Maia Filho)

Outros Tribunais Pátrios corroboram com esse posicionamento:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO. ÔBICE LEGAL. CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR.

[...]

NÃO HÁ QUE SE FALAR EM NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EM FACE DA EXCLUSÃO DE LICITANTE POR TER APRESENTADO DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR, EIS QUE COMPETE AOS LICITANTES AGIR COM ZELO NA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, CUJA APRESENTAÇÃO A POSTERIORI ENCONTRA ÔBICE NO ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666/93.”

(TJDF - Apelação Cível: APL 66354720088070001 DF 0006635-47.2008.807.0001 Relator(a): MARIO-ZAM BELMIRO. Julgamento: 02/09/2009. Órgão Julgador: 3ª Turma Cível. Publicação: 19/10/2009, DJ-e Pág. 139)

“ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO PÚBLICA. PROCESSO DE HABILITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL NÃO APRESENTADA POR QUALQUER DOS LICITANTES. INABILITAÇÃO DE APENAS UM DOS CONCORRENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS POR VIA DE DILIGÊNCIAS EMPREENHIDAS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. DOCUMENTOS QUE SE MOSTRAVAM INDISPENSÁVEIS NO MOMENTO DE SUA APRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADE VERIFICADA. ATO ADMINISTRATIVO QUE AUTORIZOU A HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS CONCORRENTES FULCRADO EM ERRO DE FATO. CONVALIDAÇÃO IMPOSSIBILITADA. ÔBICE LEGAL. ARTIGO 43 DA LEI N.º 8.666/93. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E MORALIDADE. INVALIDAÇÃO DO ATO QUE SE IMPÕE. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E DESPROVIDA.”

(Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Remessa Oficial Nº. 2005.004848-3. Data do Julgamento: 30/MAR/2006. Relator: Expedito Ferreira)

No mesmo sentido é a jurisprudência pacífica do TCU:

“Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes.”

(TCU, Acórdão 2873/2014 – Plenário, Relator: Augusto Sherman)

“A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU.”

(TCU, Acórdão 918/2014 – Plenário, Relator: Aroldo Cedraz)

“É cabível a promoção de diligência pela comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

(TCU, Acórdão 4827/2009 - Segunda Câmara)

“É vedada à Administração a aceitação de informações não escritas ou que deveriam constar dos documentos e propostas como elemento de julgamento da licitação.”

(TCU, Decisão nº. 635, Plenário, Rel. Min. Paulo Affonso Martins de Oliveira, DOU de 23.10.1996)

Assim sendo, inegável o fato de que deve ser reformada a decisão administrativa que habilitou a INTEROP no presente certame, uma vez que esta desobedeceu GRAVEMENTE às determinações contidas no ato convocatório, deixando de juntar documento essencial e apresentando outros incompletos, expressamente exigidos no edital, falhando em comprovar a qualificação técnica requerida.

2.2. DOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Urge também mencionar o item 11.12 do Edital em questão:

“11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.”

Dessa forma, merece reforma a decisão administrativa que declarou a INTEROP como habilitada no presente certame, uma vez que esta não obedeceu a todas as determinações do ato convocatório e da legislação pátria plenamente aplicável ao caso, conforme foi demonstrado, mormente em razão da redação do art. 3º, caput, da Lei nº. 8.666/93, o qual preconiza que deve ser observada a legalidade e a vinculação dos atos administrativos realizados no certame às determinações do instrumento convocatório, senão vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Com efeito, tendo em vista que a licitante não obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital, a decisão

administrativa trazida à baila fere, ainda, o princípio do julgamento objetivo, malferindo, além do art. 3º, caput, os seguintes dispositivos da Lei nº. 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

(...)

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

(...)

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

A Administração não pode criar critério de julgamento não inserido no instrumento convocatório ou deixar de seguir os que já estão ali definidos, pois estaria malferindo o princípio do julgamento objetivo, vez que o "edital não pode transferir para a Comissão a definição dos critérios de julgamentos; estes devem estar previamente explicitados no edital, sob pena de entregar-se à subjetividade da Comissão o julgamento das propostas" (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 539).

Estipulados os critérios e exigências a serem obedecidos pelos licitantes, a Administração Pública deve-lhes estrita observância, não sendo cabível evadir-se das regras que ela própria determinou e às quais aderiram os licitantes, conforme demonstra o Voto proferido pelo Ministro Gilson Dipp no Mandado de Segurança nº. 8.411/DF:

"A propósito, apropriada é a citação do brocardo jurídico que diz "o edital é a lei do concurso". Nesse sentido, estabelece-se um vínculo entre a Administração e os candidatos, já que o escopo principal do certame é propiciar a toda coletividade igualdade de condições no ingresso no serviço público. Pactuam-se, assim, normas preexistentes entre os dois sujeitos da relação editalícia. De um lado, a Administração. De outro, os candidatos. Com isso, é defeso a qualquer candidato vindicar direito alusivo à quebra das condutas lineares, universais e imparciais adotadas no certame.

O recorrente ao se submeter ao concurso concordou com as regras previstas no Edital, não podendo agora se insurgir contra a referida previsão."

(STJ: Terceira Seção. MS nº. 8.411/DF. DJ de 21.06.2004)

Toda a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é nesse sentido, de que a Administração não pode desconsiderar o que foi estabelecido no edital no momento de julgamento das propostas, em virtude do princípio da vinculação, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ACÓRDÃO QUE AFIRMA O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA PELO CANDIDATO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou anti-isonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos.

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

3. Na hipótese, o Tribunal reconheceu que o edital não exigia a autenticação on line dos documentos da empresa. Rever essa afirmação, seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que não é possível no recurso especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial não conhecido."

(REsp 1384138/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)

"ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO DE CANDIDATA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E À POSSE NO CARGO. SITUAÇÃO PECULIAR. PREVISÃO EDITALÍCIA DE POSSIBILIDADE DE PROVIMENTO INFERIOR AO NÚMERO DE VAGAS.

1. O candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas tem direito líquido e certo à nomeação. Precedentes.

2. No presente caso, o edital condiciona as nomeações à necessidade do serviço, disponibilidade financeira e orçamentária e existência de cargos vagos, não vinculando a Administração à nomeação de número determinado de candidatos.

3. Dessa forma, deve prevalecer o estabelecido no instrumento convocatório, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da discricionariedade da Administração Pública.

4. Recurso ordinário não provido."

(RMS 37.249/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013)

Neste diapasão, cumpre que seja dado provimento ao presente pleito, a fim de que seja a empresa INTEROP inabilitada da licitação em tela, em virtude do claro descumprimento ao edital, especialmente no que tange à demonstração da qualificação técnica, conforme sobejamente demonstrado.

3. DO PEDIDO

Diante de tudo o que restou acima exposto, a recorrente roga a Vossa Senhoria que seja dado provimento aos argumentos soerguidos na presente peça, de modo a reformar a decisão que declarou a INTEROP INFORMÁTICA LTDA habilitada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2021 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, dando-se regular prosseguimento ao procedimento licitatório sem a participação desta.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 18 de outubro de 2021.

LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A
Alexandre Mota Albuquerque

Diretor
CPF Nº 261.138.723-00

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Prezado Sr. Pregoeiro. Após analisar a documentação da empresa declarada vencedora, bem como todas as diligências realizadas, optamos por declinar da nossa intenção de recurso. Entretanto, gostaríamos de salientar que entendemos que a proposta apresentada é claramente INEXEQUÍVEL e que a empresa contratada fatalmente não conseguirá entregar os serviços ora licitados, causando graves prejuízos ao TRE-BA.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA
Seção de Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

INTEROP INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.703.337/0001-80, estabelecida na Rua General João Manoel, 50 – 5º andar, Bairro Centro, CEP 90.010-030, Porto Alegre/RS, por seu representante legal, vêm apresentar CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO contra os apontamentos da empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A, no certame do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 pelos seguintes motivos fáticos aduzidos neste recurso.

1. PRELIMINARES:

Cabe em grau preliminar destacar que a manifestação motivada com intenção de contrarrazões ao recurso da empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A respeita prazo e razões orientados no edital; a HABILITAÇÃO da empresa INTEROP respeitou integralmente os regramentos do processo licitatório e as presentes contrarrazões, ao pedido de recurso neste pregão eletrônico, cumprem os parâmetros temporais estabelecidos no próprio Edital de convocação.

Diante do exposto, conclui-se, que o prazo para apresentação da presente manifestação de contrarrazões de recurso consubstancia a regularidade temporal, posto que, preenchido o requisito temporal, inserto no instrumento convocatório.

2. DOS FATOS:

As contrarrazões ora apresentadas fazem-se necessárias por estar a Recorrente LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A INOBSERVANDO os Princípios formadores do Processo Licitatório quando busca PROCRASTINAR O PROCESSO EDITALÍCIO, à medida que, suscita que a Recorrida INTEROP não teria atendido o item 11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, subitens a.1, a.2 e a.5, requerendo aplicação do disposto nos itens 11.12 do edital, assim, desconsiderando que a empresa InterOp atendeu INTEGRALMENTE as exigências editalícias, fatos que foram ratificados pela Comissão de Licitações e Equipe do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

A Recorrida InterOp comprovou atender a todas as fases do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 com sua capacidade técnica e o compromisso em acatar os requisitos do Certame.

A Recorrente LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A suscitou não ter a InterOp apresentado as garantias mínimas de capacidade técnica para o objeto contratado; estas afirmações por parte da Recorrente, se traduz em falácias, bem como demonstra que a Recorrente não tem conhecimento amplo sobre o conhecimento e formação dos profissionais prestadores de serviços de TI, à medida que, tenta denegrir a imagem de uma empresa com aproximadamente 30 anos consolidados na prestação de serviços de TIC para as importantes e complexas estruturas Públicas e Privadas, como podemos citar os serviços já contratados junto a TRF4ª Região, TRE_SC, TRE_RJ, TJRS, Polícia Civil RS, SEFAZ-RS, TRT4ª Região, Procergs, Corsan, CEEE, Procempa, FIERGS, CGTEE, AGCO, DataCentrics, Grendene S/A, ... entre outros tantos, mantendo mais de 400 profissionais em seu corpo técnico.

Importante ressaltar que, à luz do “Caput” do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como de legislação infraconstitucional, que norteiam todos os atos administrativos e, inclusive os procedimentos licitatórios, que os atos de todo agente ou gestor público devem seguir e respeitar o devido processo legal, a impessoalidade, a moralidade, publicidade e eficiência, proporcionando à coletividade a transparência, a isonomia, ampliação da credibilidade e concorrência quanto à administração do patrimônio público, princípios estes que exigem do agente público fazer cumprir as exigências editalícias, ATOS EFETIVADOS NA HABILITAÇÃO DA INTEROP pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021.

Criteriosa e adequada foi a análise apresentada pela Douta Comissão de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA no que tange a análise dos documentos da INTEROP, habilitando-a, uma vez que, seguiu com critérios lícitos e observação precisa na avaliação de cada item do certame, prazo e forma de conteúdo dos documentos trazidos aos autos deste Pregão para o processo seletivo do certame.

Em tempo, cabe informar que a competição do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 trouxe ao processo licitatório outros concorrentes, restando a Recorrida InterOp, após seleção habilitatória, classificada em 1º lugar, com a MELHOR PROPOSTA proporcionando ao Erário uma economia de aproximadamente 21%, do valor estimado, e a metade do valor proposto da segunda colocada, a Recorrente Lanlink.

Causa tamanha estranheza a Recorrente, LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A, utilizar como argumento para

pedido de desclassificação da INTEROP o apontamento de que esta deve ser desclassificada porque não teria comprovado a capacidade técnica profissional (...ausência de documentos essenciais...). No entanto, para que se efetive o ato de contrarrazoar, informamos que O ITEM APONTADO PELA RECORRENTE NÃO CONDIZ COM A VERDADE DOS FATOS, o que será esclarecido a seguir, pois equivocada a interpretação de que a InterOp teria no item 11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: apresentado falhas. Vejamos o que dispõe o item:

"11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas; (GRIFAMOS)

a.2) 01 profissional com certificação ITIL Manager V2 ou Expert V3 ou superior, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação ITIL Expert – Information Technology Infrastructure Library;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior."

Considerando o OBJETO do presente Certame, bem como o disposto nas exigências de qualificação técnica profissional, entende-se que há "EXCESSO DE APONTAMENTOS" ou ainda, um forçoso modo de "QUESTIONAR/COLOCAR EM DUVIDA" as qualificações da Recorrida, DIRECIONANDO os documentos apresentados a uma interpretação e análise técnica rumo a uma vertente equivocada, INDUZINDO O ANALISADOR a buscar vícios inexistentes; assim, cabe apontar, que a Recorrente se utiliza de "recortes" dos documentos apresentados e uma leitura que IGNORA A SIMILARIDADE QUE O PROCESSO LICITATORIO PRECONIZA, PAUTADO PELAS DECISÕES DO TCU e assim, a Recorrente, em nada corrobora para o andamento e validação da melhor aquisição de serviços ao erário.

Cabe apontar que a Recorrente empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A procura sem lastro motivações para colocar em dúvida a capacitação da Recorrida InterOp; tenta, cogentemente a Recorrente, apontar para palavras uma leitura dos documentos da InterOp que quando (recortadas) vem sem contexto na tentativa frágil e forçosa de trazer alguma dúvida quanto a capacidade técnica apresentada pela InterOp na habilitação e, ainda sim, mesmo que houvesse alguma dúvida quanto aos certificados dos Profissionais , cujos documentos foram apresentados, estas questões seriam plenamente sanáveis via uma observação mais apurada da Comissão de licitações, ato que entendemos ser efetivado, havendo interesse.

"A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei no 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios.

Nesse sentido, é preciso EVITAR OS FORMALISMOS EXCESSIVOS E INJUSTIFICADOS A FIM DE IMPEDIR A OCORRÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO E VALORIZAR A ECONOMICIDADE E VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário."

Grifamos

https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/FormalismoExcessivoNasLicitacoesPublicas_380/

Na listagem de comprovação de capacidade técnica profissional da Recorrida para o objeto licitado, a Recorrente deixou sim de destacar os pontos que convergem em favor da demonstração explícita que a Recorrida InterOp possui ampla capacidade de ofertar ao Ente Público serviços de acordo com o objeto licitado.

"O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 (BRASIL, 1993) estabelece um rol taxativo referente à documentação que pode ser exigida para comprovação da qualificação técnica. Desse modo, não pode a Administração criar hipóteses nele não previstas, sob pena de incidir na vedação legal do art. 3º da lei em comento, conforme ensinamentos de Ronny Charles (TORRES, 2010, p. 179). O dispositivo legal determina que:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior OU OUTRO DEVIDAMENTE RECONHECIDO PELA ENTIDADE COMPETENTE, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;" grifamos

Assim, utilizamos a mesma relação demonstrada pela Recorrente sobre os documentos de capacidade técnica profissional da Recorrida InterOp APONTANDO e COMPROVANDO MAIS UMA VEZ, que está de acordo com a exigência editalícia, FATOS QUE DESTACAMOS.

Reiteramos que VANTAJOSIDADE pela redução de 21% no orçamento de R\$4.587.364,50 em favor do Contratante e a diferença de proposta da Recorrente LanLink está 2 (duas) vezes ACIMA DA VENCEDORA INTEROP, ou seja, Proposta InterOp está por R\$3.619.841,10 e Proposta da Recorrente Lanlink está por R\$7.451.732,10.

11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

a.1) Atahaulpa Pierrie Bulling:

a.2) Evandro Steyer:

a.5) Christian Soares:

O cumprimento de tais requisitos apontados e questionados pela Recorrente ESTÁ EQUIVOCADO; assim, evidente que os profissionais possuem plena condição de formação exigida, bem como capacidade prática para atender ao objeto do Certame (...empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ...). Quando a Recorrente tenta induzir a Comissão de Licitações apontando possíveis falhas (de cunho formal) nos documentos, tentando direcionar o entendimento para uma possível conduta inadequada da licitante InterOp traz prejuízos ao Erário, a medida que procrastina o Certame e esta com sua oferta de serviços 51% acima da proposta da InterOp, fato que TRAZ o custo a maior ao Ente Público em R\$ 3.831.891,00 (APROXIMADAMENTE, QUATRO MILHÕES DE REAIS A MAIS).

Portanto, resta observar, que mais uma vez, as informações contidas nos documentos da InterOp trazem, de forma fidedigna, a verdade dos fatos, as quais denotam sim o positivo lastro técnico da InterOp em "serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC", requisito técnico EXIGIDO e, que fundamenta a contratação do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, vindo detalhado e com especificidades também comprovados pela RECORRIDA INTEROP, por meio capacidade técnica profissional declarada em atestados/declarações já apontadas e validadas pelo Contratante.

Assim, inadequada a ação da Recorrente em tentar demonstrar, de forma frágil, uma possível análise equivocada por parte da Comissão de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA quanto a classificação e habilitação da Recorrida InterOp, ação que induz ao entendimento de que deseja sim a Recorrente procrastinar o processo licitatório e obter LUCRO EXTREMO em prejuízo ao Erário, fazendo com que os Princípios Licitatórios da Economicidade sejam deixados em segundo plano, prejudicando indiretamente o Estado Brasileiro e os cofres públicos.

Importante apontar que dentre os documentos apresentados pela InterOp, está EXPLICITA a comprovação das exigências do Certame:

"...Declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços. "

Caso exista por parte do Contratante TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ou demais concorrentes necessidade de elucidar fatos aqui apontados e já informados no momento exigido para habilitação da InterOp, possui a Comissão de Licitações lastro para o retorno a fase documental para que faça aclarar alguma dúvida, que ainda não tenha sido plenamente explicada nestas contrarrazões.

Conforme o professor de Direito Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, as regras emanadas pelo TCU e pela Lei nº 8.666/1993 são aplicadas subsidiariamente ao pregão, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.520/2002. Caso o pregoeiro ou a comissão de licitação tenha dúvidas em relação aos documentos poderá realizar diligências conforme o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.

De tal modo, equivocada a manifestação da Recorrente a LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A, uma vez que, a Recorrida InterOp, empresa vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 CUMPRIU SATISFATORIAMENTE TODAS AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL e anexos, visto QUE LOGROU ÊXITO NA DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVIDADE DOCUMENTAL para a execução dos serviços objeto do procedimento licitatório, CUMPRINDO PERFEITAMENTE A EXIGÊNCIA CONTIDA nos itens de qualificação técnica. Assim, a motivação para a habilitação da INTEROP está sim, adequada e respeitando integralmente, os preceitos do edital.

Trago à baila de que é UTOPIA a peça recursal a Recorrente a LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A a medida que se UTILIZA DO EXCESSO DE FORMELISMO EM DESFAVOR DE SERVIÇOS COMPROVADAMENTE QUALIFICADOS COMPROVADOS PELA INTEROP VERSUS A PROPOSTA MUITO DESVANTAJOSA AO ERÁRIO, que apresentou a empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A. Aceitar tal pretensão seria verdadeiro ataque aos princípios basilares do processo licitatório.

Frente ao exposto, a manifestação do Estado, da autoridade, através da máquina administrativa, vai encontrar seus limites dentro do próprio Estado de Direito. A atuação da Administração deve garantir, dentro dos limites legais e na própria existência do Estado de Direito, a igualdade entre os cidadãos. Assim, devem ser considerados os argumentos trazidos ao processo licitatório pela Recorrida INTEROP, no intuito, de aclarar e desconstruir as alegações inadequadas da Recorrente a empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A; assim, contrarrazoamos os apontamentos de pedido de inabilitação da Recorrida, visto que a InterOp demonstrou em tempo hábil todos os itens exigidos no Certame.

A argumentação da empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A NÃO POSSUI LASTRO, pois o fundamento utilizado contra a INTEROP, foi INTEGRALMENTE comprovado e, havendo algo a aclarar, ainda pode ser efetivado de modo a não macular a habilitação da empresa INTEROP no processo licitatório.

3. DO DIREITO - RAZÕES

Antes de tudo, cumpre esclarecer que a ora CONTRARRAZOANTE É DETENTORA DE CAPACIDADE FINANCEIRA, ESTRUTURAL e TÉCNICA, com inúmeros clientes em todo o Brasil, estando certa e segura da contribuição técnica que está oferecendo ao CONTRATANTE, e assim se insurge e demonstra todo seu inconformismo em relação ao recurso interposto pela empresa a LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A E.

Considerando que a QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR FAZ PARTE DO PROCESSO de seleção da melhor oferta, demonstramos aqui que não temos interesse em procrastinar o processo licitatório, mas sim torná-lo lícito e

competitivo, entregando ao Contratante serviços de reconhecida qualidade técnica e, que condigam com a real necessidade do Contratante e dos Requisitos do Processo Editalício, neste exigidos.

Para Meirelles (1994, p. 247) :

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. " (Grifamos)

Os critérios objetivos previstos nas normas legais de aferição dos documentos exigidos para esta fase do Certame, previstos no instrumento convocatório, foram cumpridos pela Recorrida;

"É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (Lei 8.666/1993, art. 43, §3º). É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: "atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei". Acórdão 3.340/2015 – Plenário; grifamos

"...as exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, portanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais..." TCU – parecer Ministro Benjamin Zymler; grifamos

Neste contexto, então, foi realizada uma análise de conformidade pela Comissão de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA dos requisitos integrantes do objeto do certame.

4. DO REQUERIMENTO

Isto posto REQUER seja JULGADO IMPROCEDENTE INTEGRALMENTE o RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA a LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A contra a CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO da empresa INTEROP, a fim de, ratificar a decisão da Douta Comissão de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, para manutenção da CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO da empresa INTEROP, por cumprir os requisitos habilitatórios, bem como QUE SEJA DADO PROSSEGUIMENTO AO CERTAME.

Em tempo, rogamos que se verificado nas razões do Recorrente a empresa LANLINK SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A se tratar de recurso meramente protelatório, que SE EFETIVE A ABERTURA DE EXPEDIENTE PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE para a devida PENALIZAÇÃO À EMPRESA, conforme preceitos legais.

Nestes termos,

Pede e Espera deferimento, por ser uma questão de JUSTIÇA!

Porto Alegre, 21/10/2021.

Cristia Luceiro
P/P
OABRS 62.604
negocios@interop.com.br

Fechar